



CONSTANTINE IX
ROYO Y IMPERAD

A.S. 303

MARÇO, 2023

No.4 de 2023

**Um Ato relativa aos Danos à Propriedade dentro do
Remerra Saroviano**

Aprovado no dia 20 de março, 2023

SARHOLM, 2023



SEJA PROMULGADA, pelo Gabinete do Primeiro-Ministro do Novo Império Saroviano e Suas Colônias e Domínios, com o conselho e consentimento do Parlamento Imperial do mesmo, como segue:

Preâmbulo

1. O Parlamento Imperial,

Reconhecendo que o Ato de Boreas 2023 autoriza o Governo Saroviano, especificamente o Secretário Colonial, a "governar o Remerra como ele/ela vê a necessidade",

Reconhecendo, entretanto, que esses poderes existem dentro e não acima da lei constitucional Saroviana,

Lamentando o recente surto de saque e destruição de propriedade na Cidade de Constantia e arredores,

Reconhecendo que, embora o roubo seja explicitamente proibido pelo Código de Lei de Mathiveas, o dano à propriedade não é,

Acreditando que uma ação decisiva é necessária para capacitar o governo Saroviano a lidar com este comportamento inaceitável,

Declara aqui as seguintes provisões:

Proibição de Danos à Propriedade

2. A destruição de qualquer propriedade, incluindo a quebra de blocos ou a colocação de itens destrutivos como fogo, lava ou cristais do End, de propriedade de um cidadão Saroviano sem o consentimento desse cidadão em particular ou o consentimento do Secretário Colonial, deve ser considerada como violação ilegal da paz e, caso um caso relativo a danos à propriedade seja levado ao sistema judicial, julgado como tal.

Processão de Danos à Propriedade

3. Se forem apresentadas provas ao Constabulário Imperial Saroviano que o Comissário do referido Constabulário julgue válidas, ou o Comissário ou um membro do Constabulário autorizado pelo Comissário deve abordar a parte ou partes afetadas e discutir com elas se desejam apresentar queixa. Se for necessário apresentar queixa, o caso deve entrar no sistema dos Cortes como qualquer outro.

*©Sua Majestade Imperial o Rei dos Sarovianos e
Imperador da Comunidade Saroviana, representado
pelo Parlamento Imperial e Ministério de
Obras Públicas e Serviços Governamentais.*